

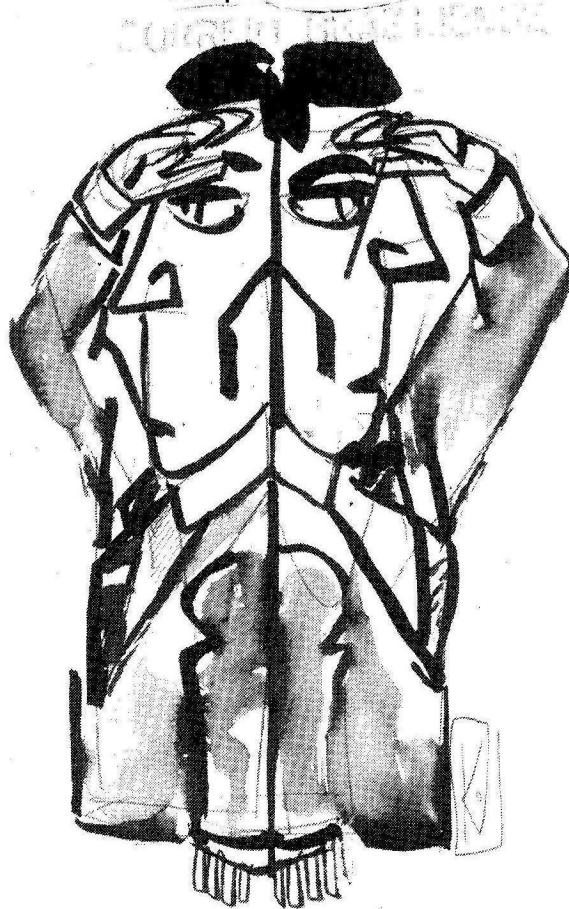
Ontem e hoje

Josaphat Marinho

Houve um momento, na década de 60, de glorificação das “reformas de base”. Sem sua efetivação imediata, diziam muitos, não havia salvação para o país. De fato, entre as transformações reclamadas havia medidas necessárias, como a reforma agrária. A exaltação e a pressa reclamadas prejudicaram as mudanças. Adversários de vários matizes aproveitaram-se do clima artificial e geraram a impressão de que a anarquia estava próxima. Certos movimentos sindicais exagerados concorriam para esse estado de espírito. Assustada uma parcela da população e vacilante o governo no resguardo da ordem administrativa e legal, abriu-se o caminho à violação do regime constitucional, com a vitória do movimento militar de 1964.

No eclipse da legalidade, recolheram-se no esquecimento ou no ódio as reformas de base, mesmo as convenientes. Os atos institucionais, subvertendo a Constituição, e a censura à liberdade de pensamento e de informação, estrangulando o direito dos cidadãos, a verdade e sua discussão se reduziam a limites comprehensíveis. Cerceado o Congresso Nacional na sua liberdade de decidir, prevalecia a vontade arbitrária do governo. Se os legisladores anunciavam alguma reação coletiva, resolvia-se a ousadia com a decretação do recesso obrigatório da Câmara e do Senado, presente a tropa armada nos seus arredores. Pelos dias que conviessem ao Poder Executivo, a Nação ficava sem Poder Legislativo.

É claro que em ambiente de tamanha obscuridade não cabia a retomada da análise de reformas, de base ou sem base. As alterações se-



riam apenas as ditadas pelo mando discricionário. A opinião coletiva não era ouvida, nem considerada. Se uma parcela ou um setor se arriscava à crítica, impunha-se-lhe o silêncio conveniente. Se no Congresso os restos de imunidade permitiam a manifestação temerária de divergência, a repercussão era quase nenhuma na imprensa. Não podia ser de modo diverso. Os governos de força são incompatíveis com a livre circulação das idéias, sobretudo das que os contrariam. Decerto, o poder militar também promoveu inovações úteis, como a das comunicações. Mas a seu critério exclusivo, sem auscultar o sentimento da população.

Hoje, há nova febre de reformas, atingindo substancialmente a Cons-

tituição. Ninguém de bom senso é contra mudanças adequadas. Espíritos formados no exame do problema do Estado e da sociedade são, de ordinário, partidários de renovações institucionais. Não há progresso sem alterações oportunas. Tais alterações, porém, são duradouras e produtivas na medida em que traduzam anseios amplos da população, no campo da saúde, da educação, dos alimentos. Esses anseios não devem ser presumidos, mas pesquisados, buscados nas várias fontes em que se situa o pensamento da comunidade. Isso quer dizer que a expressão da vontade coletiva não equivale ao consentimento dos correntes do governo. Não se confunde, sequer, com o apoio obtido no meio parlamentar, resultante, muitas vezes, de motivações estranhas às raízes do sentimento popular. Por isso, devem ser elaboradas com reflexão,

e não no tumulto e na pressa.

Um governo originário da soberania do voto do povo não há de ser desatento a essas variações da realidade. O poder militar impunha. O governo democrático deve realizar reformas consentidas, aplaudidas pelo povo, e não por grupos privilegiados. O povo não compreenderá modificações no setor do petróleo, das telecomunicações, o desamparo da empresa nacional diante do capital estrangeiro, se os juros continuarem nas alturas atuais e não for alterada a incidência dos tributos, a bem da justiça social. A consciência dos que sofrem repele explicações contrárias à realidade.

Josaphat Marinho, senador, é professor da Universidade da Bahia e da Universidade de Brasília